

**Relatório Trimestral PNAD
Primeiro trimestre de 2024**

Versão completa

Relatório Trimestral da PNAD*

1º Trimestre de 2024

Made USP

17/05/2024

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)

A PNAD Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é, atualmente, a principal pesquisa domiciliar brasileira, com periodicidade trimestral e realizada de forma contínua ao longo do ano. A PNAD Contínua é conduzida para produzir indicadores trimestrais sobre a população brasileira, incluindo características socioeconômicas e demográficas. Suas informações são cruciais para a formulação e avaliação de políticas públicas e seus resultados são amplamente utilizados por governos e pesquisadores, bem como pelo Made em suas pesquisas.

Reportamos nossas estatísticas com recortes a partir de várias facetas das desigualdades no Brasil: de gênero, de raça e regionais. As variáveis de gênero e de raça são informações autodeclaradas pela(o) entrevistada(o). Nós utilizamos duas categorias de raça: negros (que considera pretos e pardos) e brancos.

Reportamos as estatísticas comparativamente ao mesmo trimestre de 2023, bem como ao trimestre anterior (4º trimestre de 2023). Este relatório pretende ser informativo e, portanto, não busca discutir os motivos por trás de possíveis mudanças nos indicadores. O acesso às estatísticas e tabelas completas pode ser feito por meio de links disponibilizados no final do documento.

A PNAD Contínua divulgada em 17/05/2024 apresenta dados referentes ao 1º trimestre de 2024 - de janeiro a março.

Mercado de Trabalho

Taxa de Participação

A taxa de participação refere-se ao percentual da população em idade de trabalhar que participa da força de trabalho¹. No 1º trimestre de 2024, a taxa de participação no mercado de trabalho de homens negros foi de 72.01% e a de homens brancos, 72.48%. A taxa de participação no mercado de trabalho ficou em 53.79% para mulheres brancas e 51.22% para mulheres negras.

Em comparação com o trimestre anterior (4º trimestre de 2023), houve pouca variação na taxa de participação destes grupos. Isso também é verdade em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (1º trimestre de

*Este relatório foi elaborado pelas pesquisadoras do Made Eslen Brito, Clara Brenck e os pesquisadores José Bergamin e Hiaman Santos.

¹A metodologia de cálculo desta taxa exclui da força de trabalho os que não procuram emprego nem estão trabalhando, como aposentados, donas de casa e estudantes.

2023), em que a registraram-se taxas de participação de 51.06% e 53.56%, para mulheres negras e brancas, respectivamente; e de cerca de 71.83% para homens brancos e negros.

Em relação às desigualdades regionais, percebemos grande variação na taxa de participação no mercado de trabalho por região do país. A região Nordeste é aquela que tem menor taxa de participação no mercado de trabalho, ficando em 53.92%, na média. Na região Nordeste, todos os grupos demográficos têm menor taxa de participação do que nas demais regiões. As regiões Centro-Oeste e Sul são as que apresentam maior taxa de participação no mercado de trabalho, de 67.67% e 66.33%, respectivamente. Tais valores também se mantiveram praticamente estáveis - 67.47% e 65.47%, respectivamente - quando comparados ao 4º trimestre de 2023 e ao 1º trimestre de 2023 .

Figura 1: Taxa de Participação por Raça e Gênero

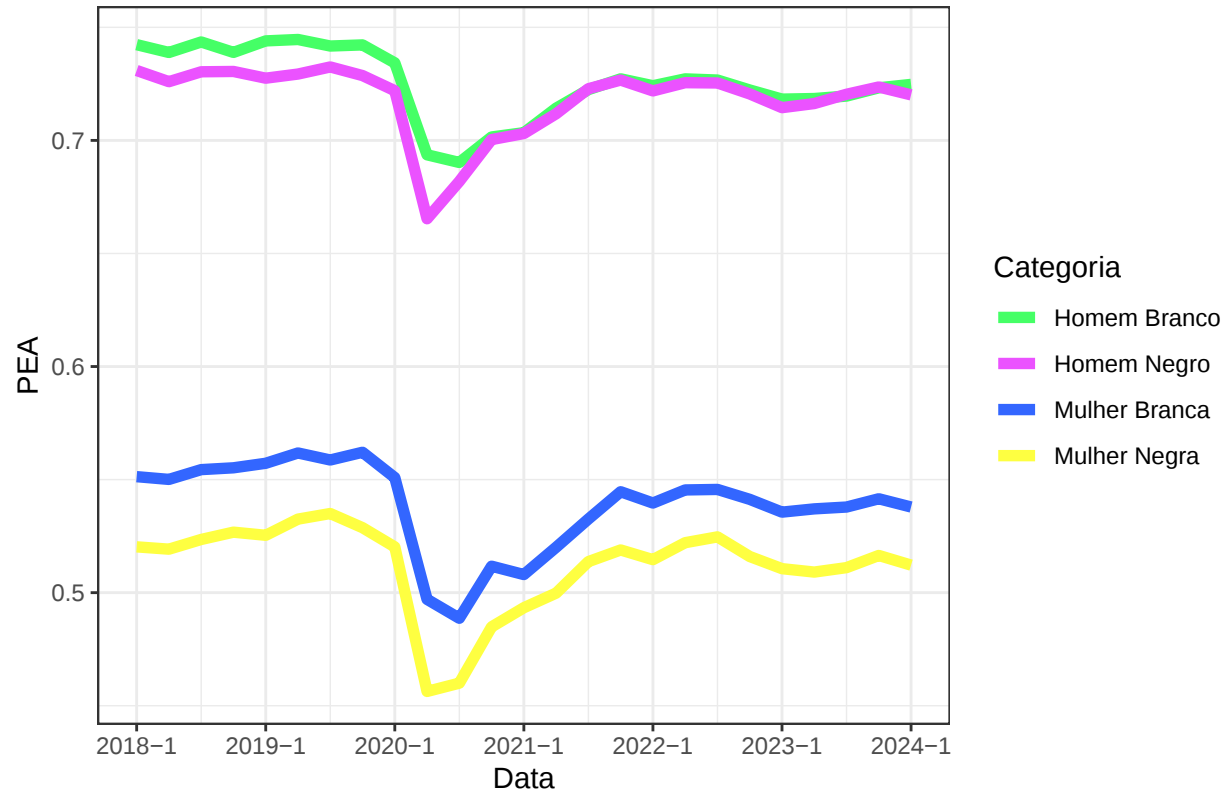
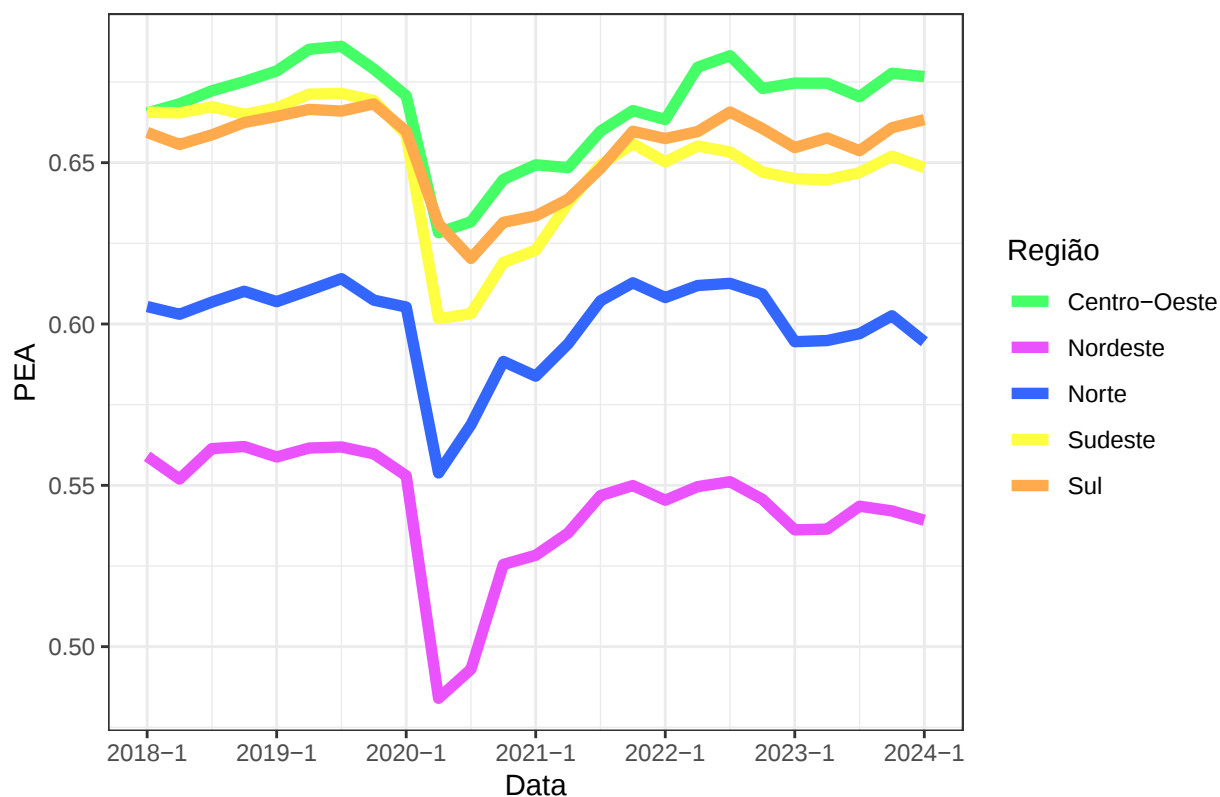


Figura 2: Taxa de Participação por Região



Emprego, desemprego e escolaridade

Ocupação

Observamos que a taxa de desemprego das mulheres negras foi de 11.69% e, para as mulheres brancas, o desemprego ficou em 7.54%. Os homens brancos tiveram taxa de desemprego no patamar de 5.19%. Para os homens negros, a taxa foi de 7.41%. A categoria de Homem Branco foi quem teve a maior taxa de emprego, enquanto a de Mulher Negra foi quem teve a menor.

Regionalmente, o desemprego também apresentou tendência de queda no 1º trimestre de 2024. A região Nordeste, registrou a maior taxa de desemprego de 11.11% (queda de -1.13 pontos percentuais em um ano). A menor taxa de desemprego foi registrada na região Sul, 4.94%, com recuo de -0.06 p.p. em um ano. Na região Norte, a taxa de desemprego registrada foi de 8.18% (queda de -0.9 p.p. em um ano). Na região Centro-Oeste, a taxa de desemprego medida foi de 6.09% (queda de -0.91 p.p. em um ano). Por fim, na região Sudeste, a taxa de desemprego registrada foi de 7.61% (queda de -0.99 p.p. em um ano).

Figura 3:Taxa de Ocupação por Raça e Gênero

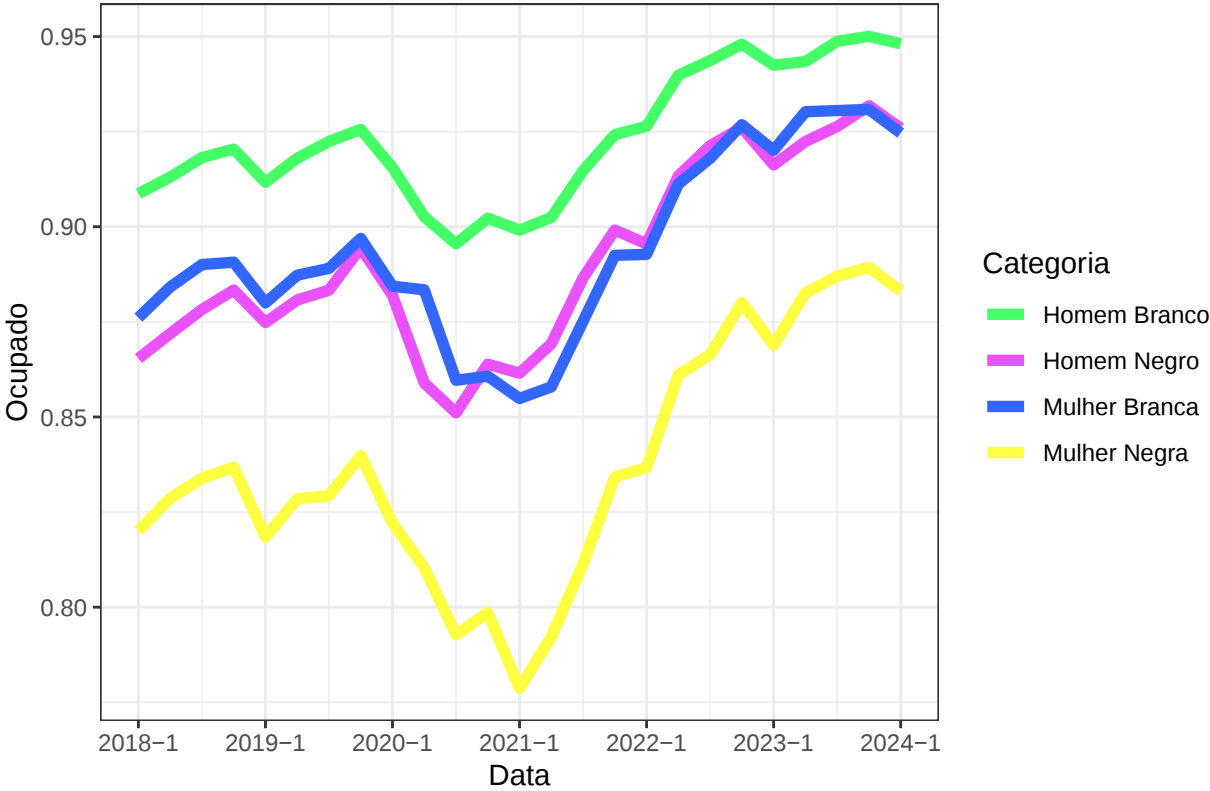
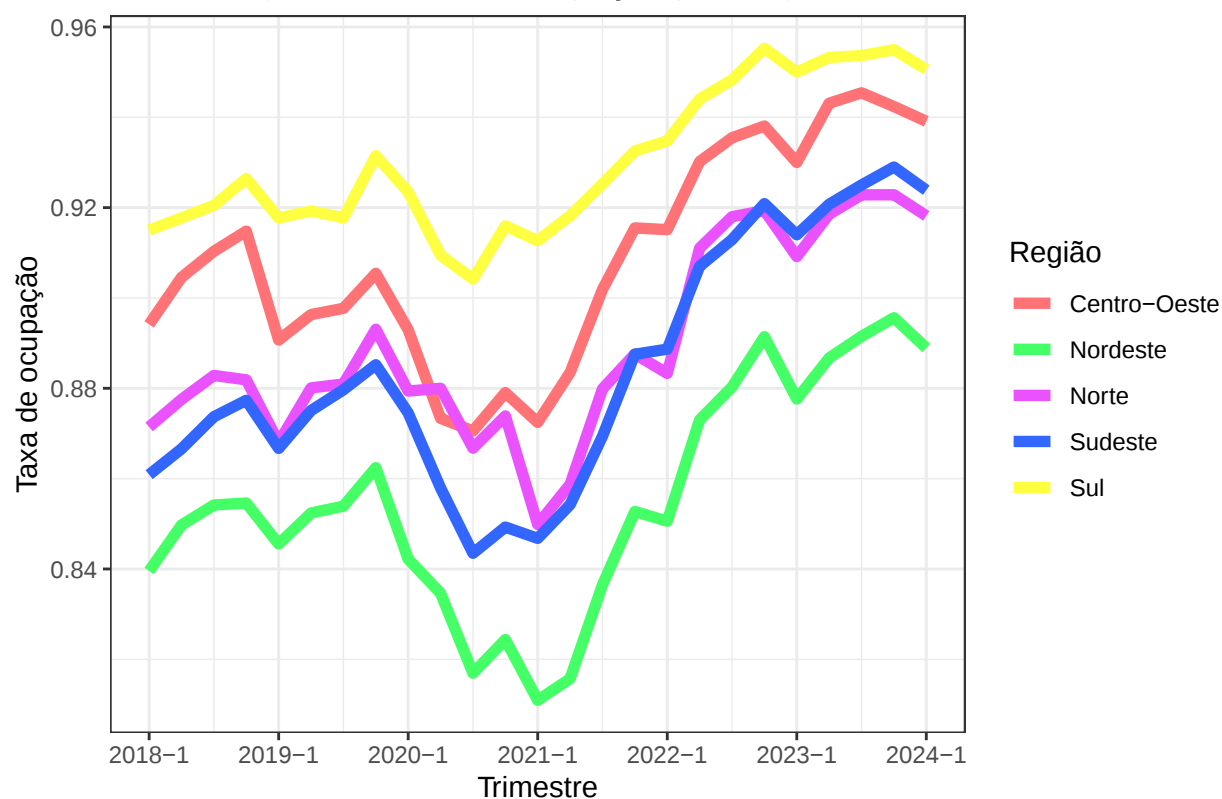


Figura 4: Taxa de Ocupação por Região

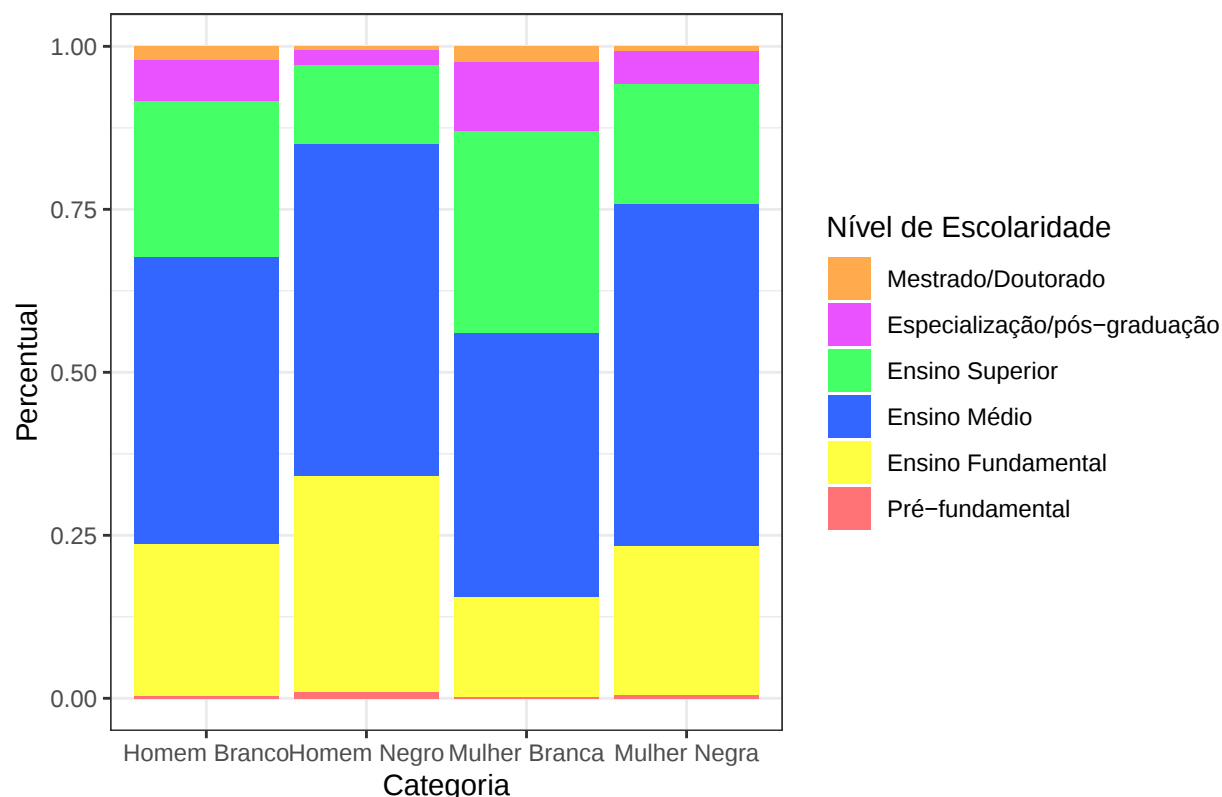


Escolaridade

No relatório da PNAD do Made mostramos, em todo primeiro trimestre do ano, dados sobre o nível educacional da força de trabalho. Dados de escolaridade representam o percentual de obtenção de um grau educacional dentro de um designado grupo da população economicamente ativa. Dentre as mulheres negras, 18.33% possuíam ensino superior, 52.49%, ensino médio e, 22.94%, apenas ensino fundamental. Para as mulheres brancas, 30.86% tinham ensino superior completo, 40.59%, ensino médio e 15.35%, ensino fundamental.

Dentre os homens negros, 12.18% haviam obtido ensino superior, 50.85%, ensino médio e 33.22%, ensino fundamental. Dos homens brancos, 23.94% tinham ensino superior, 44.04% ensino médio e 23.37%, apenas ensino fundamental.

Figura 5: Nível de Escolaridade Máxima Atingida



Percentual de Trabalhadores Contribuintes para a Previdência Social

Neste relatório, reportamos a parcela das pessoas empregadas que são contribuintes para o sistema de previdência social (INSS). No Brasil, tradicionalmente adota-se a falta de carteira assinada como critério para a definição de informalidade do trabalho. Porém, a não contribuição à seguridade social para a caracterização da informalidade também pode ser utilizado². Esse critério é útil para a captura dos trabalhadores autônomos e empregados informais nas pesquisas, sobretudo ao levar-se em conta a questão da precariedade do trabalho. Sem amparo do sistema de seguridade social, tais trabalhadores encontram-se, portanto, em posição mais vulnerável. Benefícios relacionados à proteção da renda em caso de doença, velhice ou maternidade, por exemplo, não são recebidos por tais trabalhadores.

Neste sentido, consideramos a porcentagem de trabalhadores que contribuem para o instituto de previdência (indicado por “contribuinte INSS”) e o percentual daqueles que não contribuem. Reportamos que 29.55% dos trabalhadores brancos e 40.99% dos trabalhadores negros não contribuíam para o INSS no 1º trimestre de 2024. Entre as mulheres, 27.08% das trabalhadoras brancas e 38.33% das trabalhadoras negras não constavam como contribuintes da previdência.

Percebe-se ainda que a taxa de trabalhadores não contribuintes entre as pessoas negras foi maior do que a taxa média para todos os trabalhadores, de 34.84%, no 1º trimestre de 2024. Registrou-se queda de -0.54 pontos percentuais na taxa de trabalhadores não contribuintes média da economia brasileira, em comparação com o mesmo trimestre de 2023.

²Ver Kassouf, A. L. Wage gender discrimination and segmentation in the Brazilian labor market. *Economia Aplicada*, v. 2, n. 2, p. 243-269, 1998. Disponível em: Vista do Wage gender discrimination and segmentation in the Brazilian labor market (usp.br). Acesso em: 16/11/2023; e Dalberto, C. e Cirino, J. Informalidade e segmentação no mercado de trabalho brasileiro: evidências quantílicas sob alocação endógena. *Nova Economia*. v.28 n.2 p.417-460, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/3191>. Acesso em 16/11/2023.

As regiões com maiores taxas de trabalhadores não contribuintes são a Norte e Nordeste, com taxas iguais a 51.07% e 50.15%, respectivamente. A taxa de não contribuintes da região Sul é a menor, 22.88%, enquanto que as regiões Sudeste e Centro-Oeste registram 29.2% e 31.71% de não contribuintes em sua força de trabalho, respectivamente.

Figura 6: % de Trabalhadores Não Contribuintes por Raça e Gênero

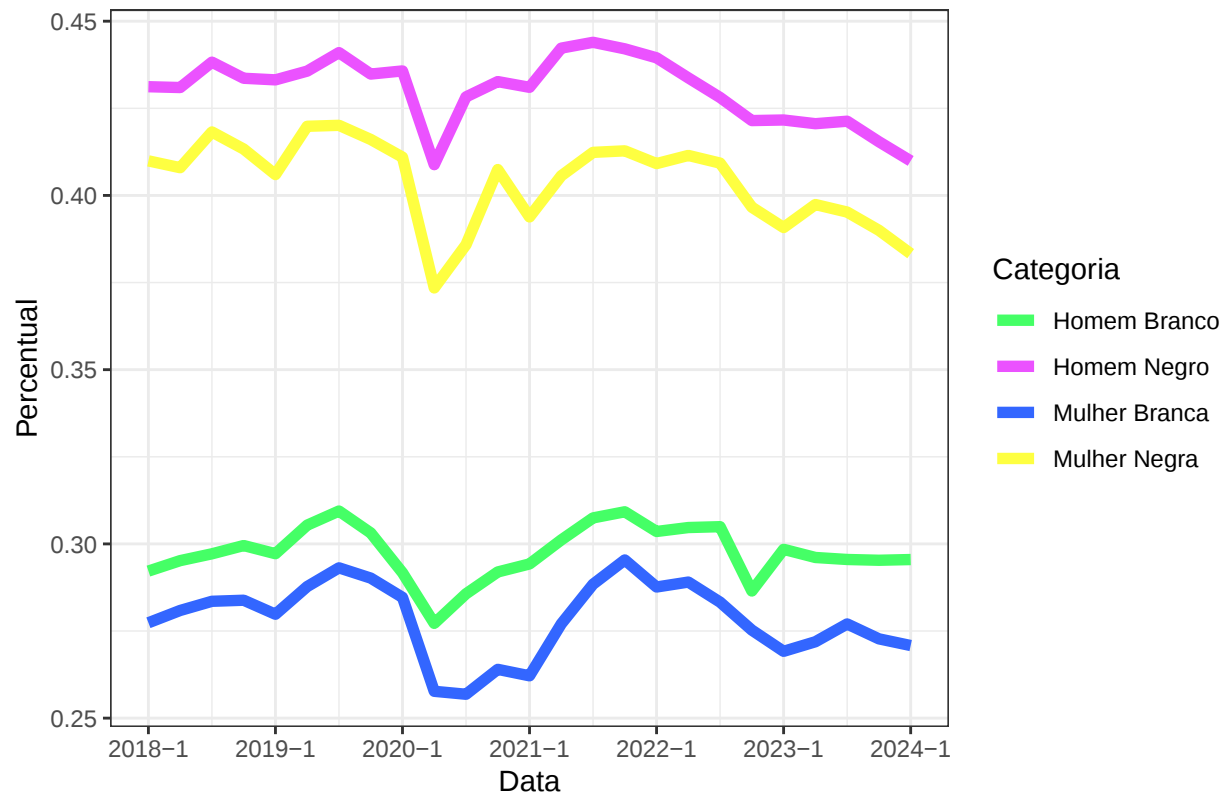
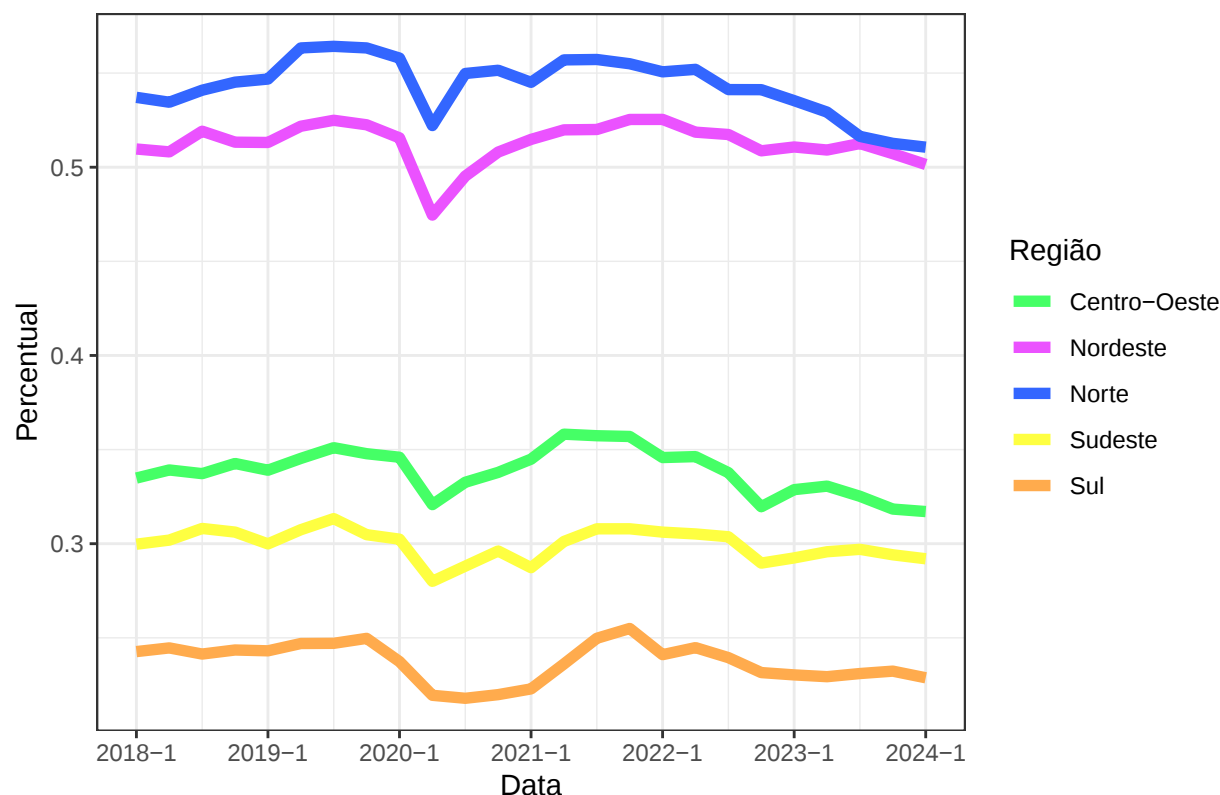


Figura 7: % de Trabalhadores Não Contribuintes por Região



Subocupação

Reportamos as estatísticas de subocupação no mercado de trabalho. O intuito desse indicador é complementar o monitoramento do mercado de trabalho, para além da taxa de desocupação. Ela capta três informações principais, são elas: i) trabalhou habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos, ii) preferia trabalhar mais horas do que as habitualmente trabalhadas e, iii) estava disponível para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.

No 1º trimestre de 2024, a taxa de subocupação foi de 3.08% para os homens brancos e 5.15% para os homens negros. Já para as mulheres, tal taxa foi de 4.7% para as trabalhadoras brancas e 7.72% para as negras.

A região Nordeste foi a que apresentou maior taxa média de subocupação, de 9.31%, seguida pela Norte (6.15%), Sudeste (3.86%), Centro-Oeste (3.7%), e, por último, a região Sul, com 3.23% dos trabalhadores subocupados.

Emprego por setor

A ocupação por setores varia consideravelmente de acordo com recortes de raça e gênero. No 1º trimestre de 2024, a maioria dos homens negros (18.94%) estavam alocados no setor de comércio, seguido de indústria (14.65%), de construção (14.56%), de agropecuária (12.73%) e de informação (10.56%). Para homens brancos, o setor que mais empregou foi comércio com 19.76%, além de informação (15.72%), de indústria (15.64%), de agropecuária (9.83%) e de construção (9.34%).

Para as mulheres brancas empregadas, 23.93% estavam no setor de educação, 18.53% em comércio, 14.89% em informação, 10.39% em indústria e 8.81% em serviços domésticos. Das mulheres negras, a maioria

(20.27%) ocupava o setor de educação, seguido de comércio (18.5%), de serviços domésticos (15.94%), de informação (10.33%) e de indústria (9.61%).

Nota-se que os serviços de informação, educação e serviços domésticos são majoritariamente exercidos por mulheres.

As composições em relação a gênero e raça dos setores para as diferentes regiões brasileiras apresentam algumas particularidades. Para as mulheres, os empregos setoriais são bem parecidos com os resultados gerais. Já no caso dos homens, há diferenças entre as regiões. Por exemplo, no Nordeste e no Centro-Oeste, a maioria dos homens (brancos e negros) estão no setor de agricultura, enquanto que no Sudeste e Norte, a maior parte deles encontra-se no setor de comércio. No Sul, o setor que mais emprega os homens é a indústria.

Rendimento

Rendimento Efetivo e Habitual

Nesta seção apresentamos os rendimentos mensais dos trabalhadores em seu trabalho principal com recorte de raça e gênero. Os rendimentos são reportados em termos reais, isto é, deflacionados e a preços do ano de 2024.

O rendimento habitual mensal do trabalho principal consiste no rendimento recebido pelo trabalhador sem considerar acréscimos e descontos esporádicos. Já o rendimento efetivo mensal do trabalho principal inclui os pagamentos e descontos que não possuem caráter contínuo.

Os dados apontam que o rendimento habitual médio do trabalhador brasileiro foi de R\$ 3032.59 por mês no 1º trimestre de 2024. Para mulheres e homens brancos, foram registrados rendimentos habituais acima da média: de R\$ 3334.99/mês, para mulheres brancas; e de R\$ 4343.5/mês, para homens brancos. A renda habitual foi menor do que a média para os negros: de R\$ 2031.12/mês, para mulheres negras; e de R\$ 2531.79/mês, para homens negros.

Na média, o rendimento efetivo do brasileiro foi de R\$ 3319.24 mensais no 1º trimestre de 2024. Novamente, operam desigualdades de raça e gênero. Para mulheres brancas e homens brancos, registraram-se rendimentos efetivos de R\$ 3667.76/mês e R\$ 4743.09/mês, respectivamente, ou seja, acima da média nacional. Para mulheres negras e homens negros, o rendimento efetivo foi de R\$ 2230.06/mês e R\$ 2762.91/mês, respectivamente - abaixo da média geral.

Figura 8: Renda Efetiva por Raça e Gênero

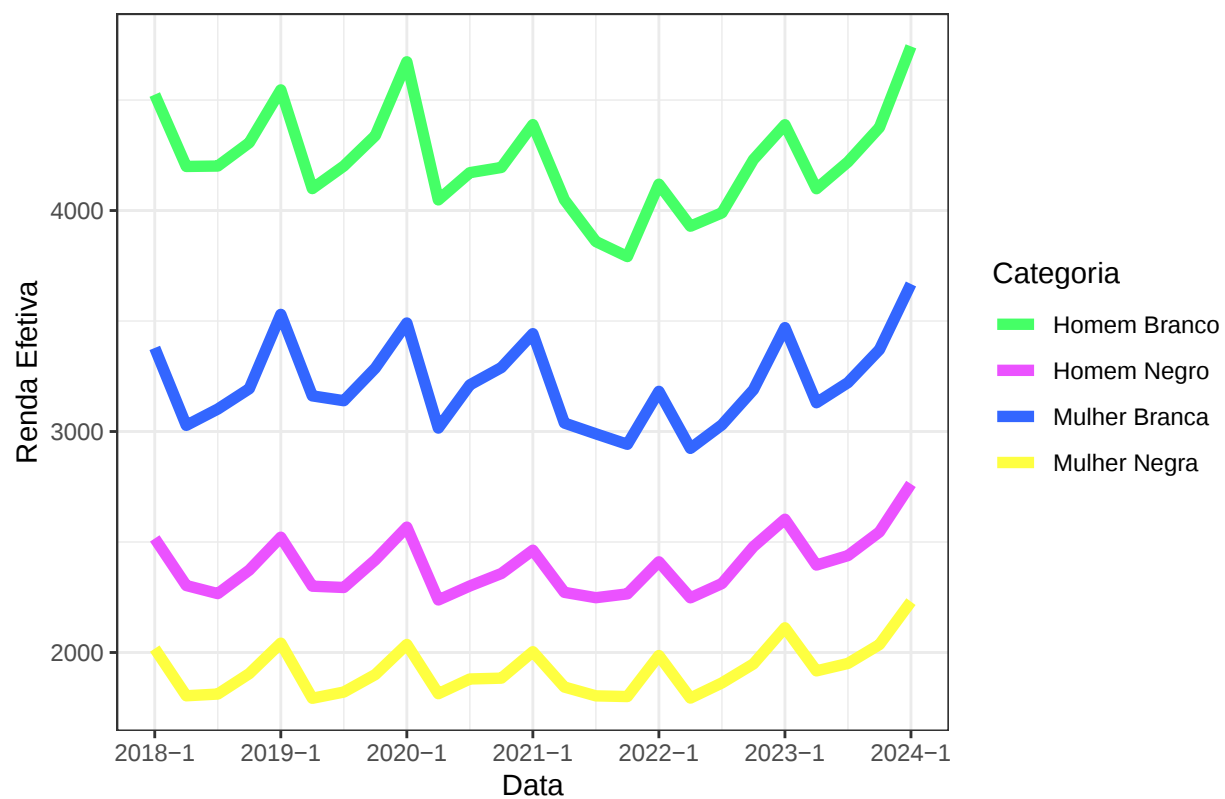
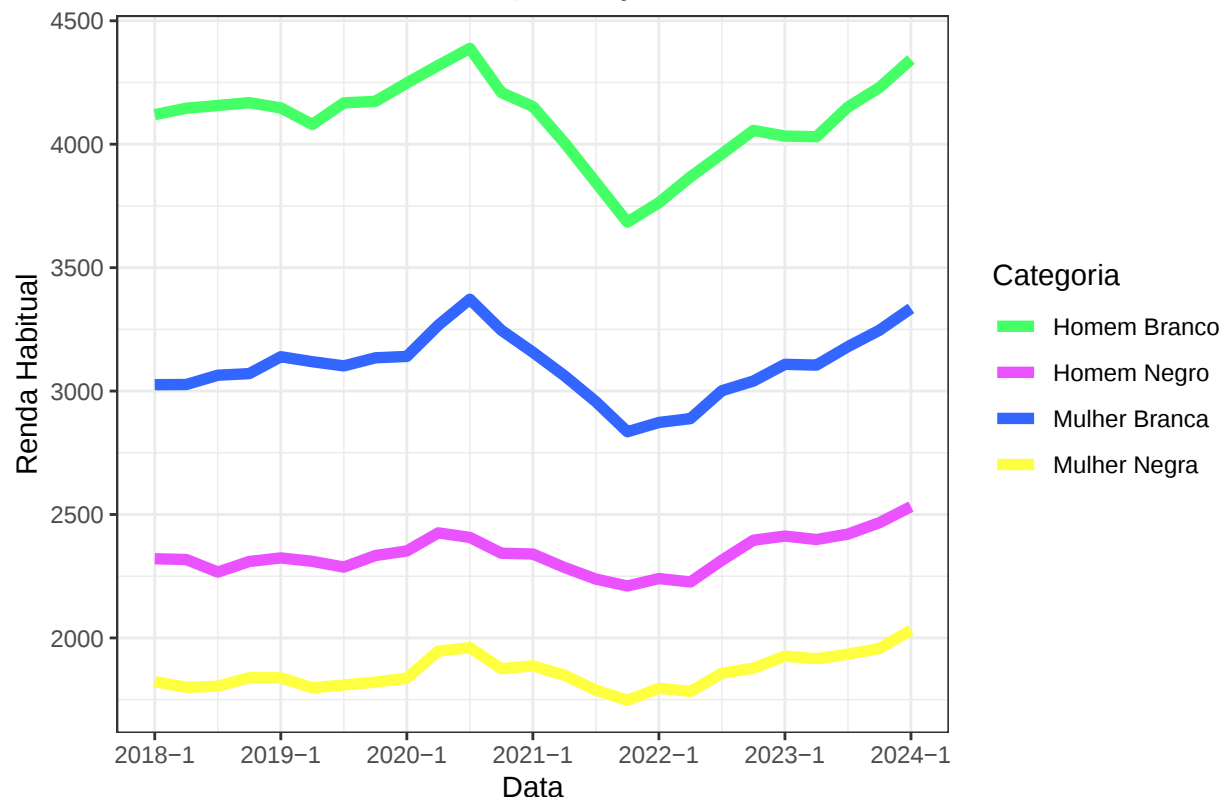


Figura 9: Renda Habitual por Raça e Gênero



Distribuição: Gini

O índice de Gini varia de zero a um, sendo que quanto mais próximo de um, maior a desigualdade. Por exemplo, em uma situação hipotética em que o índice de Gini é igual a zero, todos os indivíduos de uma determinada sociedade possuem a mesma renda (igualdade). Já a outra situação hipotética extrema, com um índice igual a um, indica que somente uma pessoa detém toda a renda dessa economia³.

O índice de Gini dos rendimentos efetivos a nível nacional para o 1º trimestre de 2024 foi de 0.52. Esse índice aumentou comparativamente ao trimestre anterior e ao 1º trimestre de 2023⁴. O índice também aumentou para todas as desagregações que reportamos abaixo.

³Para o cálculo do índice de Gini, consideramos a renda que os trabalhadores efetivamente receberam, isto é, seu rendimento efetivo em todos os trabalhos.

⁴Por tratar-se de pesquisa amostral, a PNADc tem limitações na captura de rendas dos mais ricos, sobretudo rendimentos de capital. Ademais, a literatura documenta a existência de subnotificação de rendas provenientes de transferências governamentais, já que a PNAD não se pretende representativa apenas de quem recebe transferências de renda, conforme Souza, Osorio, & Soares 2011; e Souza, Osorio, Paiva, et al. 2019.

Figura 10: Índice de Gini por Raça e Gênero

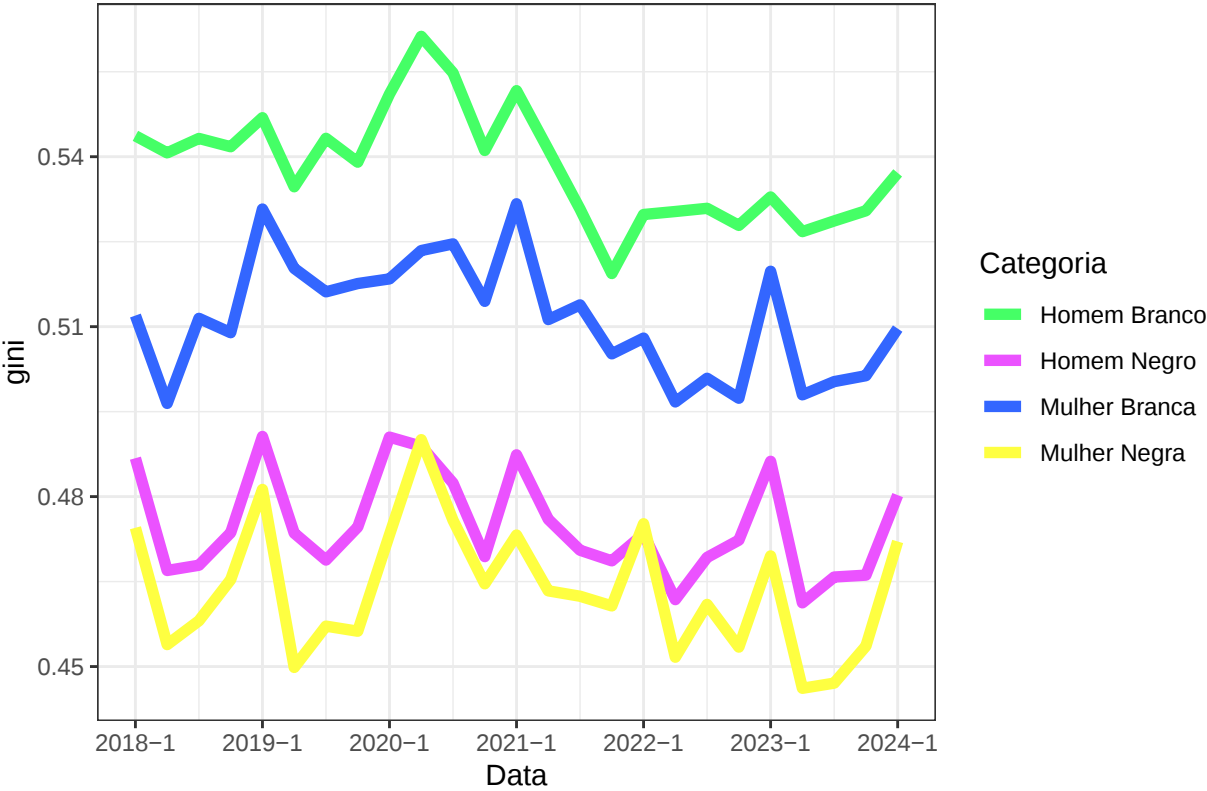
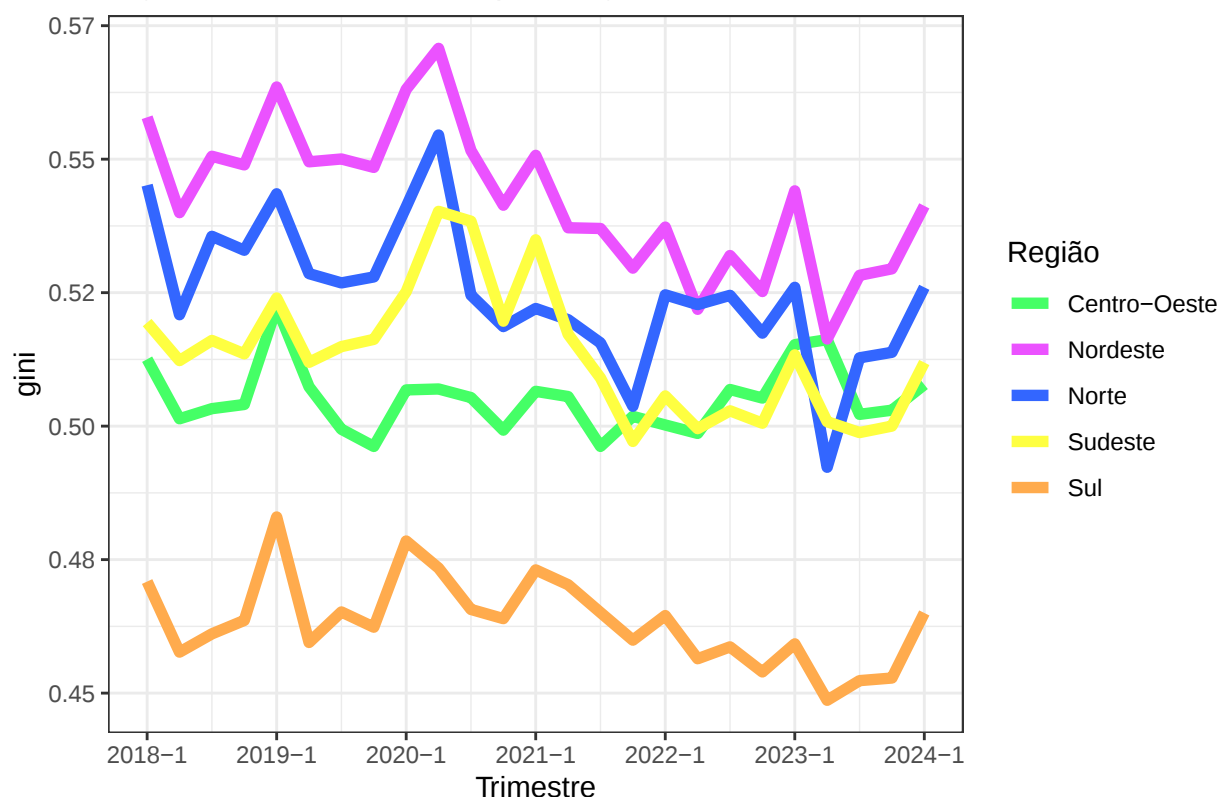


Figura 11: Índice de Gini por Região



Observamos que as regiões Nordeste e Norte apresentam desigualdade levemente maior do que a reportada para todo o território nacional no trimestre analisado, com índices de Gini iguais a 0.54 e 0.53, respectivamente. Para as outras regiões, calcularam-se os seguintes índices de Gini: Centro-Oeste, 0.51; Sudeste, 0.51; e Sul, 0.47.

Em relação ao recorte de raça e gênero, calcularam-se os seguintes índices de Gini: para os homens brancos, ; para os homens negros, ; para as mulheres brancas, ; e, para as mulheres negras, .

Percentis de renda

Outra forma de estudarmos a desigualdade de rendimentos, além do cálculo do Índice de Gini, é analisando os percentis de renda. Os percentis, decis e quantis são calculados ordenando a população de forma crescente a partir do nível de renda. Se uma economia possui 100 pessoas, por exemplo, ordenam-se essas pessoas por ordem de renda e divide-se a população em grupos com o mesmo número de pessoas. Se desejamos os quantis dessa economia, dividimos essas 100 pessoas em quatro grupos, cada grupo de tamanho igual, isto é, com 25 pessoas. Dito de outra maneira, para obter os quantis, a população é dividida em partes de 25% cada. Por exemplo: Q1 representa a renda que separa os 25% da população com menor renda dos demais, Q2 corresponde à renda que separa os 50% mais pobres e Q3 corresponde aos 75% mais pobres.

Além disso, os quantis podem ser subdivididos em mais segmentos, como é o caso dos decis, em que se divide a população em 10 grupos – cada grupo contendo 10% da população. Por fim, os dados ainda podem ser subdivididos em percentis, neste caso a população é dividida em centésimas partes, cada parte teria 1% dos dados.

Para calcular uma medida de distribuição de renda, obtemos a renda apropriada por cada um dos decis da distribuição de renda, juntamente com o último percentil, que é o valor equivalente ao 1% mais rico da população. Assim, encontramos o percentual da renda total do país que está nas mãos das pessoas em cada

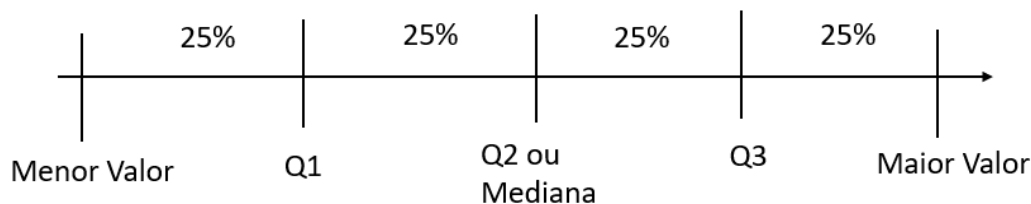


Figure 1: Separação de Dados em Quantis: Exemplo

grupo de renda específico. Reportamos a participação de cada um dos quantis de renda na renda total do país. Por exemplo, o último percentil (ou o 1% mais rico) apropriou-se de 11.7% da renda nacional, no primeiro trimestre de 2024. Os 10% mais pobres, por outro lado, se apropriam de menos que 1% da renda nacional.

A partir desses dados, podemos construir uma curva de Lorenz para o Brasil para o terceiro trimestre de 2023. Para construir a curva de Lorenz, acumulamos os dados reportados acima, da população e da renda: a curva mostra como a proporção da renda total aumenta em função da proporção da população (Hoffmann, 1998).

Na situação hipotética de total igualdade em que todas as pessoas possuem o mesmo rendimento efetivo, a curva de Lorenz da economia seria o segmento de reta desenhado no gráfico, que chamamos de linha de perfeita igualdade. Assim, quanto mais afastada dessa linha a curva de Lorenz de um país está, maior o grau de desigualdade de rendimentos. Por definição, o Índice de Gini é igual à razão entre: a área entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz, e a área total abaixo da linha de perfeita igualdade⁵.

⁵ver Hoffmann, 1998.

Figura 12: Apropriação da Renda por Percentis

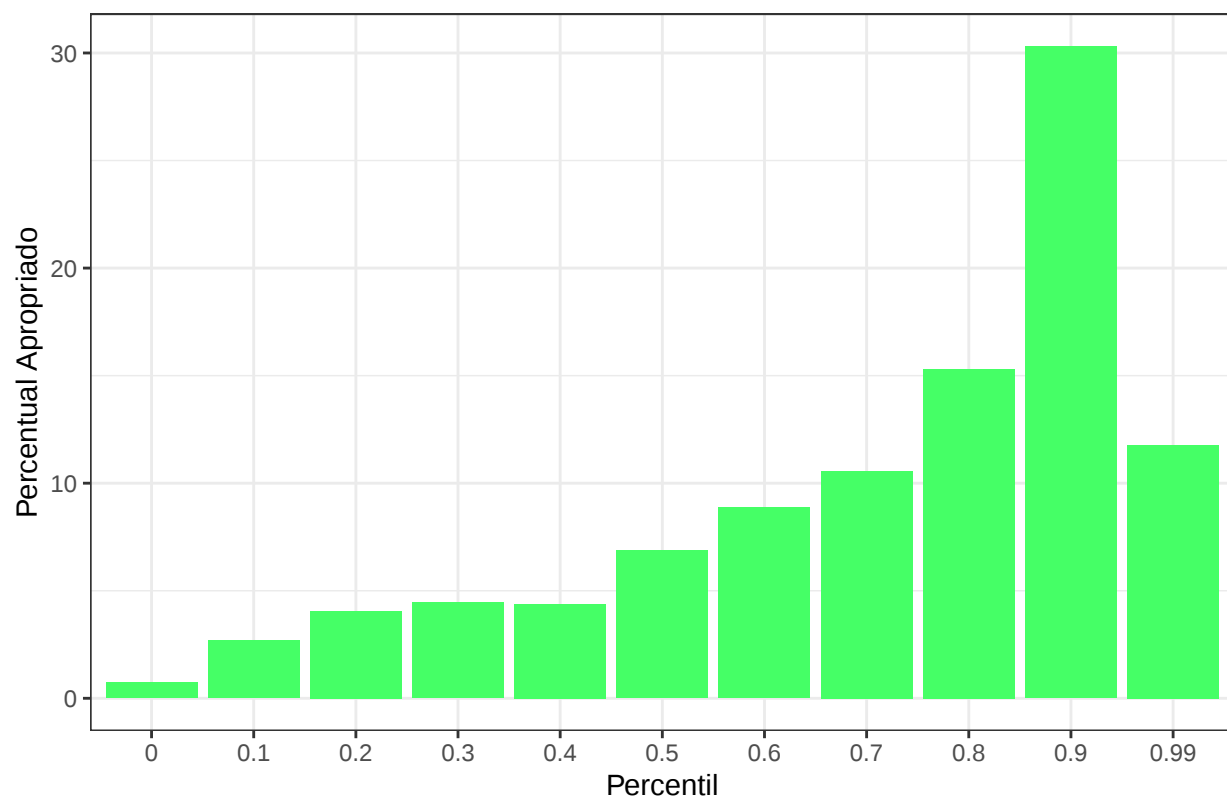
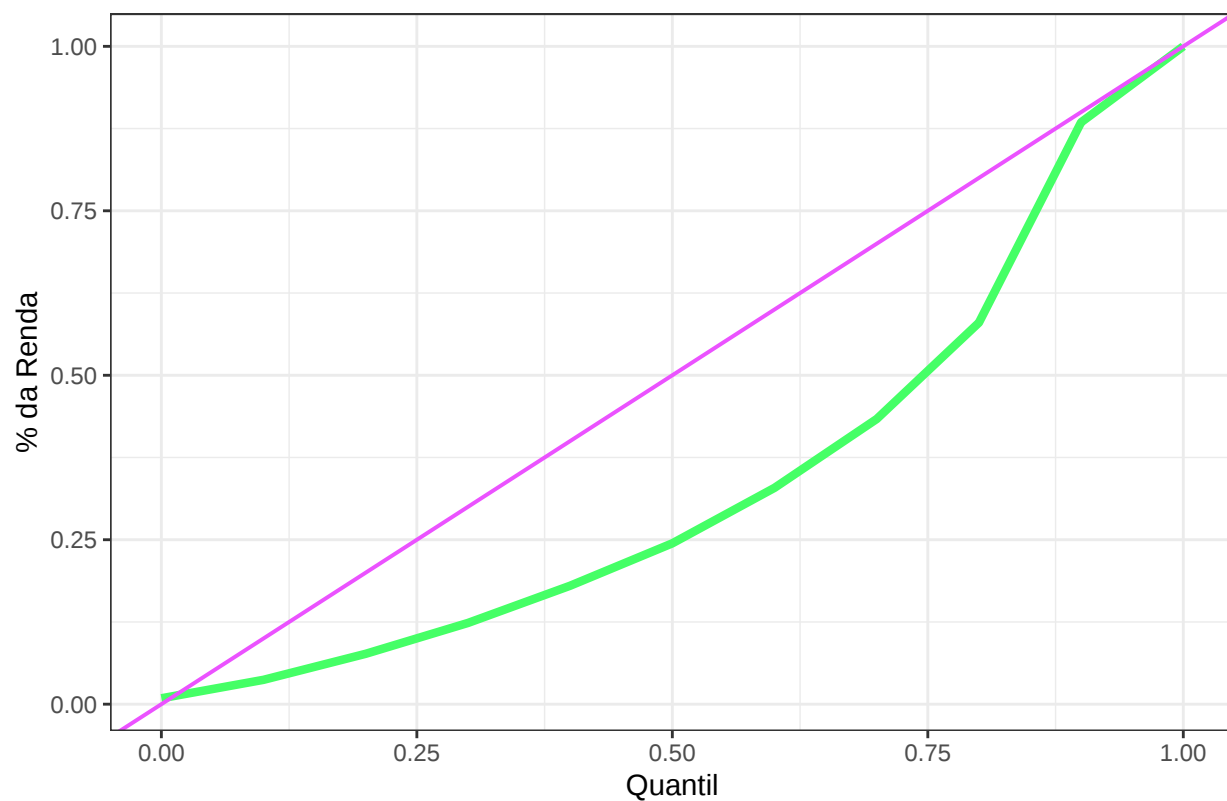


Figura 13: Curva de Lorenz



Tabelas completas

Por fim, são disponibilizadas as tabelas com dados completos:

Tabela 1: Dados por Raça e Gênero

Tabela 2: Dados por Região

Tabela 3: Dados por Raça, Gênero e Região

Tabela 4: Dados para a média do Brasil

Tabela 5: Dados dos percentis de renda por decil e 1% mais rico

Dados e códigos

Os arquivos de código e dados extraídos da PNADc (IBGE, 2024) utilizados para gerar esta publicação trimestral estão disponíveis [neste repositório no GitHub](<https://made-usp.github.io/PNADc-Report/>).